



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Em 2004, o Governo da RAEM anunciou um plano de reconstrução dos bairros antigos, por entender tratar-se de um dos meios importantes para melhorar a qualidade de vida dos residentes. Mas já se passaram 10 anos e, embora a designação tenha sido alterada para reordenamento dos bairros antigos, não há um prazo para a sua concretização.

Na legislatura passada, as autoridades apresentaram a proposta de lei intitulada “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos”, mas como esta tinha problemas e imperfeições, no decorrer da sua apreciação surgiram dificuldades inultrapassáveis e, embora a proposta tenha sido aprovada na generalidade, o respectivo processo legislativo acabou por ser cancelado, o que deixou muito decepcionados os residentes que ansiavam por ela. O Governo da RAEM prometeu que, na nova legislatura, ia apresentar de novo a proposta de lei, com a maior brevidade possível, e os residentes estão muito ansiosos.

Os recursos de terrenos de Macau são escassos. A fim de aumentar a oferta de habitações, é necessário desenvolver o mais possível a potencialidade dos terrenos, no reordenamento dos bairros antigos, para além de aumentar os aterros. Ademais, para muitos residentes, o reordenamento dos bairros antigos é, sem dúvida, um meio importante para melhorar o ambiente de habitação e a qualidade de vida.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Algumas pessoas salientam que 80% dos residentes de Macau habitam em casa própria, e isto quer significar, implicitamente, que o problema de habitação não é grave. Mas, na realidade, nos últimos 10 anos a 20 anos, muitos residentes adquiriram as suas casas com poupanças e, agora que os seus filhos cresceram, não convém que pais e filhos morem numa casa pequena. Mais, se os filhos casarem, também têm necessidade de habitação. Em Macau, há habitações sociais para as famílias extremamente pobres, e habitações económicas para as pessoas que têm certas capacidades financeiras, mas não conseguem comprar habitações privadas. No entanto, as condições de habitação das famílias que adquiriram casas na década de 80 tornaram-se cada vez piores, com o passar do tempo, especialmente no caso dos idosos aposentados ou dos que se vão reformar, porque não têm capacidade financeira para trocar as casas antigas por novas, nem as pequenas por grandes. Como já são proprietários, não têm direito a requerer habitações sociais nem económicas. Ficam assim tristes, por serem obrigados a permanecer em casas antigas e degradadas. Quando os idosos eram jovens, compraram fracções em edifícios de 5 andares sem elevador. Agora que já são velhos, têm dificuldade em sair de casa, por ser complicado subir e descer escadas, ficando assim obrigados a permanecer, a maioria do tempo, em casas pequenas. Este tipo de sofrimento não foi considerado pelas referidas pessoas que salientaram que a maioria dos residentes tinha casa própria.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Se calhar, o que mais os ajudaria seria, precisamente, a reconstrução dos bairros antigos, o que lhes ia permitir mudar para casas novas através desta reconstrução, exactamente o desejo do Governo em 2004, ao pretender melhorar a qualidade de vida da população. Mas o maior defeito dessa proposta de lei consistia na exclusão do Governo em promover directamente o reordenamento. Se a ideia é passar a recorrer a indemnizações para expulsar os habitantes dos bairros antigos, então isto significa, de facto, criar um novo empreendimento predial. Assim, os habitantes não chegarão a ser beneficiados e não vão conseguir manter as suas casas antigas. Esta foi a principal razão da retirada dessa proposta de lei. Dada a sua relevância, o Governo prometeu que ia apresentar a nova proposta de lei, o mais breve possível, mas já se passou cerca de um ano e nada se vê. No ano passado, apresentei uma interpelação escrita sobre esta matéria, mas o Governo não respondeu directamente às minhas perguntas. Por isso, apresento esta interpelação oral, solicitando novamente ao Governo que me sejam dadas respostas de uma forma clara, objectiva e precisa, sobre o seguinte:

1. A proposta de lei sobre o reordenamento dos bairros antigos não chegou a ser aprovada na última sessão da última legislatura e acabou por ser retirada. O Governo vai avaliar por que razão foi essa proposta de lei retirada? Vai examinar por que razão, tendo sido essa proposta de lei aprovada na generalidade, não foi possível convertê-la em lei?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. A proposta de lei sobre o reordenamento dos bairros antigos acabou por ser retirada. Quando é que o Governo vai cumprir a promessa feita de apresentar a nova proposta de lei, o mais breve possível?

3. O maior defeito dessa proposta de lei consistia na exclusão do Governo em promover directamente o reordenamento. Havia a possibilidade de o reordenamento dos bairros antigos passar pela expulsão dos seus moradores e de se transformar num empreendimento predial. O Governo vai retirar daí os devidos ensinamentos e definir um modelo de reordenamento dos bairros antigos promovido pelo próprio Governo?

25 de Julho de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa

Au Kam San